

RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.427 - RS (2019/0312546-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : DENILSON BERNARDI MARTINS
ADVOGADO : ROWANA CAMARGO - RS083603
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão na qual indeferi o pleito liminar nos seguintes termos (e-STJ fls. 800/801):

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por DENILSON BERNARDI MARTINS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Depreende-se dos autos que o recorrente está preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 147, 157, 158, § 1º, e 288, parágrafo único, todos do Código Penal.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 751):

HABEAS CORPUS. AMEAÇA, ROUBO, EXTORSÃO MAJORADA E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA MAJORADA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COM FUNDAMENTO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

Tratam-se de delitos cometidos com violência e grave ameaça à pessoa a evidenciar o *periculum libertatis* do paciente a respaldar a prisão preventiva decretada e apontar para a ineficácia de outras medidas cautelares diversas da prisão. Tratando-se de delitos graves, possível a decretação da prisão preventiva com fundamento na garantia da ordem pública.

Ausência de constrangimento ilegal.

ORDEM DENEGADA.

No presente recurso, alega o recorrente que não há fundamentação idônea apta a justificar a sua custódia cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura. Subsidiariamente, pleiteia a aplicação de medida cautelar diversa da prisão prevista no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade

que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Nesta oportunidade (e-STJ fls. 856/862), a defesa insiste na existência de manifesto constrangimento ilegal e alega que "a ação penal em questão foi distribuída na data de 11/06/2019, e, mesmo após apresentadas as respostas a acusação no dia 01 de outubro, o magistrado ainda não designou a primeira audiência de instrução e julgamento, OU SEJA, PASSADOS QUASE 09 (NOVE) MESES DA DATA DOS FATOS E MAIS DE 05 (CINCO) MESES DA PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL, A INSTRUÇÃO PROCESSUAL AINDA NÃO FOI INICIADA DE FATO" (e-STJ fl. 857).

Sustenta que, "inobstante tenha sido a decisão proferida no dia 12/11/2019, até o presente momento sequer foi publicada a intimação, transcorridos já 15 (quinze) dias" (e-STJ fl. 847).

Diante disso, pede a concessão da medida emergencial para que seja revogada a prisão preventiva do paciente.

É, em síntese, o relatório.

A despeito dos fundamentos apresentados, e conforme decidido anteriormente, não vislumbro, neste exame perfunctório, flagrante ilegalidade a ensejar a tutela de urgência ora postulada.

Ademais, de acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Superior Tribunal de Justiça

A questão trazida pela defesa será analisada quando do exame do mérito do presente *habeas corpus*.

Dessa forma, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator